



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## **GESTÃO ESCOLAR: COMO ACONTECE A ESCOLHA DO GESTOR ESCOLAR NA CIDADE DE PARINTINS**

**Juliana Cativo Dos Santos, Graduanda- UFAM**

**Merian Fonseca Batista, Graduanda - UFAM**

**José Luiz Pereira da Fonseca, Orientador Dr. UFAM**

**Agência de fomento: FAPEAM**

### **RESUMO:**

O presente artigo intitulado “Como acontece a escolha do gestor na cidade de Parintins”, tem por objetivo compreender e tornar público como vem ocorrendo a escolha do gestor na cidade de Parintins. Pois, que um bom gestor é primordial para reconstrução e organização do espaço escolar, bem como, sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Para esta pesquisa foi utilizado a abordagem qualitativa e quantitativa, por meio da bibliográfica e documental, devido à riqueza de informações apresentadas nos livros e documentos. E para entender melhor este projeto fatores importantes como: o histórico do gestor escolar no Brasil; a sua função e a forma como vem sendo escolhido o gestor das escolas municipais e estaduais em nossa cidade.

**Palavras-chave:** Educação; gestão; qualidade do ensino.

### **INTRODUÇÃO**

A nomeação dos gestores das escolas públicas em nosso país e também, nas escolas públicas da cidade Parintins sempre gerou motivos de polêmicas. Conforme dados do INEP, os gestores de escolas públicas que atuam na educação básica são peças fundamentais para a reconstrução e organização das escolas públicas no Brasil. Deste modo, falar de escolas públicas e de boa educação é também ter conhecimento quem são as pessoas a qual estão à frente da gestão escolar de nossas instituições escolares, pois as notícias sobre a má educação são apresentadas e divulgadas com muita rapidez, exemplo disso, recentemente é o ranking geral do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de alunos), em sua última edição 2009, o Brasil ficou em 53º lugar entre os 65 países que participaram do exame. Esses dados mostram a importância de refletir e a buscar soluções para aprimorar o ensino nas escolas públicas brasileiras (que concentram mais de 85% das matrículas na Educação Básica em todo país)



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

para mudar esse quadro. Alguns especialistas em educação defendem que é necessário pôr à frente das escolas bons gestores.

Partindo destes pressupostos, esta pesquisa foi desenvolvida através da abordagem qualitativa e quantitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental devido à riqueza de informações apresentadas nos livros, documentos e fontes históricas. O método quanti e qualitativo quando combinados permitem ao pesquisador expandir o entendimento sobre a problemática pesquisada e auferir resultados mais precisos, validos e seguro.

Para melhor entendermos este estudo organizamos este artigo em três partes, a primeira faz o *Recorte histórico da escolha do gestor escolar no Brasil*, mostrando como vem sendo feita a seleção dos dirigentes escolares ao longo dos anos, através dos principais acontecimentos históricos. A segunda parte destacou-se à função do *gestor na escola*, descrevendo que os cargos dos dirigentes escolares vão além das funções administrativas, e que suas decisões são primordiais para contribuir com o processo de ensino/aprendizagem da instituição. E na terceira parte observamos como vem acontecendo *o processo de escolha do gestor escolar na cidade de Parintins*, tanto a rede municipal, quanto a rede estadual de ensino.

Portanto a temática propõe uma reflexão crítica sobre o processo de escolha do gestor de escola pública, pois sabemos que essa escolha além de ser uma decisão importante para a instituição, também influencia no processo/ensino aprendizagem do educando.

## **RECORTE HISTÓRICO DA ESCOLHA DO GESTOR ESCOLAR NO BRASIL.**

Para entendermos a importância histórica da administração escolar e do gestor, precisamos conhecer o processo histórico desta longa trajetória. Partido do pressuposto que o processo de administração surgiu nas sociedades mais primitivas em virtudes das necessidades da família e comunidade em resolver problemas ou interesse em comum ou não que as pessoas tinham. Segundo Ribeiro (2000, p.22), administração escolar se inicia no Brasil Colônia, com a chegada D. João VI e toda sua Corte em 1808. Em que a educação lidava com a forte influencia dos portugueses, tendo como protagonistas os jesuítas. Segundo Ghiraldelli (2001,p. 20) a filosofia pedagógica “ Ratio Studiorum”,baseava-se na unidade de matérias, unidade de método e unidade de professor. Com a crise da educação jesuítica no Brasil que culminou com a expulsão dos mesmos de todos os territórios portugueses, surgiram estratégias elaboradas pelo primeiro ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Marquês de Pombal a qual promoveu diversas reformas no campo político, econômico e educacional. Dentre as reformas observamos o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que cria o cargo de diretor, sendo denominado “Diretor Geral dos Estudos”, a qual tinha a função de nomear e fiscalizar a ação dos professores, mostrando assim a intenção da Coroa em uniformizar a educação na colônia.

O Período Imperial (1822-1889) trouxe a experiência de um novo olhar sobre a administração escolar no Brasil, principalmente por fazer a ligação entre a educação e sistema legislativo. Com isso veio a Lei de 1827 em que se refletiu a necessidade da nova nação legislar sobre a administração da escola pública, tornando-se a primeira lei de educação no Brasil. No que diz respeito ao campo da administração escolar, os professores foram designados a administrar e fazer a manutenção das escolas elementares; enquanto a escolha do gestor os responsáveis em escolher era a junta de professores de cada colégio que exercia a função de diretor. Segundo Ribeiro (2000, p.66), a organização escolar, em tal contexto, é atingida não só pelas críticas às deficiências constatadas como também pela preposição e até decretação de reforma.

Com o surgimento da República do Brasil em 1889, temos um novo cenário econômico e social na história de nosso país. Este período é marcado, pelo crescimento acelerado do país, através da economia cafeeira. No campo da educação, surgem reformas que de certa forma atenderam apenas as ideias que prevaleciam à vontade do poder central. Nesta época as escolas destinadas ao povo, eram insuficientes e os professores sem qualificação tinham baixos salários, o que gerava falta de assiduidade e má formação dos alunos.

Segundo Ribeiro (2000, p.73), outro fator foi a influencia de ideias positivistas, e o decreto de 1890 colocado em prática somente no ano seguinte, este decreto também conhecido de Reforma de Benjamim Constant, a qual tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária”. No entanto a educação escolar ficou dividida entre o ensino para a formação de dirigentes e o ensino dos pobres que serviriam de mão de obra trabalhista. Quanto à gestão escolar, segundo Ghiraldelli (2001, p,29), ficava a cargo de professores normalistas nomeado pelo governo. A função do diretor não era apenas administrativa: a ele cabia zelar pelo prédio e pela biblioteca, cuidar da assiduidade dos professores, representar a escola perante a comunidade e, principalmente, capitanear a direção pedagógica do estabelecimento, fazendo com que os professores seguissem o exemplo das escolas modelos montadas em São Paulo(capital) sob cuidados da



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

escola normal. Os diretores escolares eram responsáveis e encarregados de inspecionar, manter o controle, moldando os alunos a servir as exigências do sistema.

Em 1930 a 1945, período de administração escolar na Era Vargas, tinha como principal marco referencial a chegada da modernidade (industrialização do sudeste), aumento do capitalismo, com uma economia mais diversificada e urbanização das principais cidades do Brasil. Outro fator importante refere-se às mudanças no campo educacional e dos movimentos políticos que antecederam a Revolução de outubro de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo, em 1937.

Dentre as mudanças ocorridas na Administração Escolar, nos anos de 1930 e 1940 estão às primeiras diretrizes institucionais que visavam à formação de profissionais qualificados para a função, como também trabalhos pioneiros no país a respeito do papel do diretor de escola.

Entretanto este período fortaleceu ainda mais a analogia entre Estado e sociedade, fortalecendo a centralização do poder. Tanto que em 1931, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior foi transformada em Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. E no interior dessa Secretaria havia o Departamento de Educação, ao qual se chamava a Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado, comandada até então por Lourenço Filho, que através de suas ideias inovadoras, passou a incluir no currículo da Escola Normal de São Paulo, a disciplina “Organização Escolar” para a formação de inspetores escolares, delegados de ensino e diretores de grupo escolar (SANTOS; 2002).

Segundo os registros do pesquisador Tabachi (1979, p. 40) a carreira do magistério público primário, foi regulamentada em 1933 em São Paulo, pelo Decreto Estadual nº 5804, e foi neste mesmo decreto que ficou determinado quais os cargos que seriam escolhidos pelo Governo e quais precisariam ser realizados por concursos. Fernando Azevedo como Diretor Geral da Instrução Pública, em 1933, instituiu o Código de Educação do Estado (Decreto nº 5884/33), que reestruturou todo o sistema de ensino: passando a exigir concurso público de títulos e provas para provimento dos cargos de Delegado de instrução e de cargo de Diretor do Grupo Escolar (gestor escolar). Sendo que neste mesmo decreto foram estabelecidos os cargos de Delegado de Instrução e de Diretor de Grupo Escolar o (gestor), a qual ficou determinada que o cargo de diretor do grupo escolar seria de escolha do governo, ou seja, um cargo de confiança, podendo assumir os professores que tivesse a experiência mínima dois anos de docência mais que fossem do governo.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Em 1934 com a nova constituição, tornou-se obrigatório em todo território nacional o concurso público para o provimento de cargos no magistério e ao mesmo tempo, determinou que os estados fiscalizassem e regulamentassem as instituições de ensino. Ou seja, mais uma vez o cargo de gestor escolar ficou nas mãos dos governadores dos Estados, que em sua grande maioria o mantiveram como cargo de confiança do Estado.

Assim, pelos meados de 1941, efetivou-se o concurso para o cargo de Diretor de Grupo Escolar, podendo participar professores com dois anos de magistério, auxiliares de diretor de Grupo Escolar, secretários e auxiliares de Delegacias Regionais de Ensino que tivessem dois anos de exercício no cargo docência (TABACHI 1979, p. 45).

Com passar do tempo aumentam as exigências de qualificação no campo educacional e o da escolha do diretor de escola, em que tornavam cada vez mais necessário o nível de especialização e da escolarização desses profissionais.

No período de 1946 a 1964, conhecido também como a era da liberdade democrática. O Brasil encontra-se em pleno desenvolvimento industrial e econômico, principalmente as regiões sul e sudeste. Neste sentido, chegou a pensar que, assim como, o país estava avançando, o cenário do campo educacional também teria forte impulso, pois houve reformulações na Legislação Nacional com diretrizes para todos os graus ou áreas de ensino, discussão esta que envolveu várias camadas da sociedade para que de fato a educação pudesse se consolidar. Como foi o caso do “Manifesto dos Pioneiros, a qual se discutiu a importância do preparo dos administradores ou gestores escolares para que os processos educativos se consolidassem”, (*Manifesto dos Pioneiros. In. GHIRALDELLI, 2001, p.55*). Esse manifesto foi de grande importância, pois esses desbravadores lutavam por soluções eficazes e inovadores para a qualidade de ensino praticado no país.

Dessa luta, surgem contribuições importantes para as reformulações na LDB, como veremos. A primeira LDB promulgada nº 4.024 de 1961, conservou a estrutura tradicional do ensino, mas não fixou um currículo nacional, que respeitasse as especificidades regionais evidenciando seu caráter descentralizador. Quanto à função do diretor de escola, seu texto define que “o diretor de escola deverá ser educador qualificado”, expondo de forma ampla essa qualificação, deixando para os Estados uma regulamentação mais específica (Santos, 2002, p.70). Ou seja, a LDB, mesmo tendo exigido a qualificação a esses profissionais, deixa a regulamentação de suas especificidades aos Estados, porém, não se pode negar que a mesma



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

contribui para a busca do aperfeiçoamento na formação de diretores de escola, por meio de cursos especializados, participação e contagem de pontos em concursos públicos, para que os mesmo pudessem participar dos citados concursos o que levou números de alunos a matricular-se nos cursos de Pedagogia.

E quando tudo parecia que o Brasil estava caminhando rumo a uma nova perspectiva na educação, mesmo a passos lentos, Aranha (2000, p.296). Eis que acontece o início do período do Governo Militar (1964-1984), trazendo grandes retrocessos para o campo educacional, causando terror nas pessoas, nos estudantes, professores e nas universidades, censura jornalística, reprimindo intelectuais e pesquisadores que por muitas vezes para fugir do terror, eram exilados. Tudo isso através do Decreto-Lei 477/69 a qual silenciava os alunos e os proibia de fazer manifestações, alegando que os mesmo tinham que estudar e não ficar fazendo desordem.

Ribeiro (2000, P. 179 a 180) enfatiza que o “regime militar foi baseado em Atos Institucionais dentre eles está o (AI- 1), a qual dava direito ao governo de suspender os mandatos dos políticos sem que pudessem ter direito de defesa. O AI-2, de 27-10-64 determinava as eleições diretas para presidente e governador. O AI-3, de 5-2-66 estabelece normas para eleições federais, estaduais e municipais. E o AI-4, estabeleceu as categorias que seriam votadas pelo Congresso Nacional para o projeto de Constituição elaborado pelo executivo e aprovado em 22-12-66”. E o AI-5 dava poderes plenos ao presidente da republica, casando os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros Ou seja, suas atribuições eram legalizadas e fundamentadas, pois cabia exclusivamente ao poder centralizador as tomadas de decisões a serem executadas em todos os níveis de ensino educacional, econômico ou social.

Certamente está foi uma época de grande perda para o Brasil, principalmente para campo educacional, onde assim como a sociedade a escola foi afetada fortemente, sendo seus estudos baseados no tecnicismo, o comando da gestão escolar ficou nas mãos dos governantes, transformando-os em cargos de confiança, sendo o diretor de escola indicado por governadores e dos prefeitos que não tinham compromisso com o povo e sim com quem estavam no poder.

Com o início de novos tempos e o fim da ditadura e a instauração da Nova República, inicia-se uma nova era em nosso país, porém, não houve tantas mudanças significativas como queríamos. Mas entre a as mudanças da época podemos destacar o Fórum Nacional em



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Defesa da Escola Pública, a Constituição Nacional de 1988, a Gestão Democrática como um princípio de Ensino público, o que posteriormente seria concretizado pela Lei 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB) e no Plano Nacional de Educação em 2001.

Nos anos 80 a preocupação foi garantir a legalidade da democratização da educação e nos anos de 1990, reinicia-se o repensar da administração escolar, mas sob o termo de “gestão escolar”, pois é neste período que aparecem os primeiros sinais de reivindicações da população para a redemocratização política em nosso país. A partir daí surge, em diversos estados a eleição para diretores. Esse método de implantação da eleição para a escolha do gestor surge principalmente para acabar com as práticas tradicionalistas do sistema clientelista, ou seja, à prática baseada na troca de favores, porém esta prática não é seguida na maioria dos gestores de SEDUCs e SEMEDs em todo Brasil. Atualmente no Brasil, a escolha do gestor de escola pública apresenta “quatro formas nomeação, concurso, eleição e esquemas mistos” (ROMÃO; PADILHA, apud GADOTTI; ROMÃO, 2001, p.92).

Portanto, como foi observado a figura do gestor escolar é de extrema importância para educação pública de nosso país, pois suas decisões influenciam diretamente na qualidade do processo de ensino/aprendizagem dos educando, e sua escolha não deve ser feita de qualquer forma como foi visto ao longo dos anos.

## **QUAL A FUNÇÃO DO GESTOR NA ESCOLA?**

A função do gestor escolar não deve esta associada no sentido de autoridade ou do simples ato de administrar, mais sim, está articulada ao tipo de profissional educador capaz de obter sucesso dentro do recinto escolar em prol da qualidade de ensino, almejando sempre o bom convívio seja, como os pais, professores, educandos e demais funcionário da escola. É como enfatizam GADOTTI e ROMÃO (2001), dizendo que:

“O diretor da escola é, antes de tudo, um educador. Enquanto tal possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competências técnica, política e pedagógica. Em sua gestão, deve ser um articulador dos diferentes segmentos escolares. Quanto maior for essa articulação, melhor poderão ser desempenhadas as suas próprias tarefas, seja nos aspectos organizacional da escola, seja em relação à responsabilidade social daquela com sua comunidade”. (P.102)

Como é ressaltado pelo autor, o trabalho do gestor se fundamenta principalmente na sua capacidade de liderança, isto é, influenciar a atuação e manter a harmonia entre: secretaria de



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

educação, bem como, educadores, educandos, funcionários, pais e comunidade escolar. Pois o gestor escolar tem assumindo progressivamente essas funções dentro da escola.

Outra importante função a destacar é que “o diretor é o profissional” a quem compete à liderança, a organização e planejamento do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento do ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados. (LUCK, 2009, p.17).

Libâneo (2004) vem afirmar e destacar apontando algumas atribuições ao diretor de uma instituição: “supervisionar atividades administrativas e pedagógicas, promover a integração entre escola e comunidade; conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre outras. No exercício dessas atribuições é importante estar em *formação continuada*, ou seja, estudar constantemente na busca do aprimoramento e amadurecimento, criando dessa maneira uma bagagem de experiências enriquecida e que compartilhada com os pares favorecem o desenvolvimento profissional”.

Ainda segundo Libâneo (2004, p.217), “muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação”. Como mostra o autor à função do gestor escolar por muito tempo foi vista como a figura autoritária, que servia para punir e cuidar das práticas administrativas. No entanto essa visão vem mudando através dos tempos e hoje, o gestor deve além de ser líder, também sua ação deve ser voltada a melhoria da qualidade da educação.

Uma das competências básicas do diretor escolar é promover na comunidade o entendimento do papel de todos em relação à educação e a função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza, de uma política educacional que proporcione unidade e efetividade ao trabalho de todos. (LUCK, 2009, p.18). Como é enfatizado pela autora, é de extrema importância que o gestor educacional tenha o conhecimento de suas próprias ações, respeitando as diferenças existentes, pesquisando, avaliando, conversando, abdicando, ouvindo e acima de tudo aceitando opiniões dos funcionários que formam sua equipe.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Por tanto o trabalho do gestor frente à direção de uma escola não é um trabalho fácil, pois faz se necessário que o gestor escolar tenha noções de suas funções como: planejar, organizar, liderar, executar e ter controle das ações a ser executada na escola. Somente desta forma a escola terá excelente desempenho na qualidade educacional.

## **VERIFICAR O PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR ESCOLAR NA CIDADE DE PARINTINS.**

Analisar o processo de escolha do gestor escolar na cidade de Parintins se faz se necessário para entender quais os caminhos, as formas, os critérios, as exigências que são necessárias para atuar em uma instituição de ensino, pois conhecer esse processo é de fundamental importância, visto que a função de gestor escolar é tão importante no âmbito da escola. Assim apresentamos um perfil das escolas públicas na cidade de Parintins.

### ***Rede de ensino Municipal***

A rede municipal de ensino tem 28 escolas municipais localizadas na cidade de Parintins, sendo (13 centros educacionais infantis e 15 escolas de ensino fundamental), atendendo 10.426 alunos regularmente matriculados. Na zona rural terra firme conta com 93 escolas, com 8.091 alunos regularmente matriculados. E na zona rural várzea há 31 escolas, totalizando com 1.165 educandos regularmente matriculados.

De acordo com o decreto N°015/81- AEPMP, firmado dia 04 de novembro de 1951 no Palácio Cordovil, sob a gestão do então prefeito da época Raimundo Reis Ferreira a primeira escola fundada pelo poder Municipal é a Escola “São Pedro do Parananema” com 56 anos de existência, localizada em um a área considerada rural da Parintins.

Em conversa informal, com o senhor secretario de educação a respeito de como acontece à escolha do gestor escolar, o mesmo afirmou que *“essa escolha é feita tanto por competência, através da seleção e avaliação do Currículo. E de critérios técnicos como: cursos de especialização na área de gestão escolar, e em seguida é feita a entrevista com os candidatos, e só então começam a exercer tal função nas escolas a qual forem designadas”*.

Ainda segundo o secretario de educação da cidade de Parintins (SEMED, 2013), quando questionado, o porquê não havia eleição para selecionar seus gestores, a resposta foi a seguinte, *“não é possível pelo fato de cada um de nossos representantes almejarem alguém de confiança para a ocupação de tal cargo nas escolas”* Mas vale ressaltar que caso seja “a



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

vontade da comunidade escolar, a eleição pode efetivar-se de diversas formas: voto direto, representativo, uninominal ou ainda por escolha através de listas tríplices ou plurinominais”.

As experiências com este tipo de escolha têm mostrado que tal critério favorece a “discussão democrática na escola e acaba implicando em maior distribuição do poder para as instancias da base da pirâmide estatal”. (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p. 94). No entanto, entendemos na fala do Sr. secretário de educação que a forma de escolha do gestor ainda é proveniente de quem está à frente do poder Municipal, e a comunidade escolar muitas vezes fica à mercê de uma gestão de péssima qualidade.

Algo não muito novo para Gadotti e Romão (2001, p.16), “a participação da população, em relação à escola, contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino”. Todos os seguimentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar a educação ali oferecida”.

Como observamos é de extrema importância a participação da população frente às tomadas de decisões acerca do dirigente escolar, pois, somente quando a comunidade escolar, pais, funcionários, professores e outros participam do processo é que poderão compreender melhor o funcionamento da escola e acompanhar melhor qual é a qualidade da educação oferecida naquele estabelecimento de ensino.

## ***Rede de Ensino Estadual***

A rede estadual de ensino tem 20 escolas, localizadas no município de Parintins. A primeira escola fundada foi a Escola Estadual “Araújo Filho”, com 165 anos de existência, criada pela lei paraense nº146 de 24 de outubro de 1848, até hoje funciona no mesmo local, contribuindo para a formação de muitos cidadãos e cidadãs na cidade de Parintins.

Em conversa informal com a coordenadora da secretaria (SEDUC). A escolha do gestor é feito através do processo seletivo. E através dos critérios: currículo e entrevistas.

Quando perguntado se havia tempo determinado para o gestor permanecer em tal cargo a resposta foi a seguinte “*Não existe tempo determinado, depende muito da atuação da ou do profissional a frente da gestão, se o mesmo não administra a escola com competência e se não forem bem sucedidos, imediatamente são retirados da escola ou encaminhados para outras escolas, e caso não haja êxito nos trabalhos prestados os mesmos são afastados*”, o



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

que vem sustentar o pensamento de Luck (2009), a qual o diretor escolar é o responsável maior pelo norteamo do modo de ser e de fazer da escola e seus resultados.

Mas para isso todo final de ano existe uma avaliação que leva em conta o desempenho da escola, a relação funcionários, professores (as), educandos e comunidade escolar.

Quando questionada o porquê da não existência da eleição para gestor nas escolas públicas do Estado, a mesma respondeu “*que não depende da coordenadoria da SEDUC, mas sim, do Regimento Geral das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas (RGEE/AM)*”, a qual estabelece em seu artigo 140 que: Os gestores de estabelecimentos da rede estadual de ensino serão escolhidos e indicados pela autoridade competente, submetido a um processo seletivo que avaliará os seguintes requisitos funcionais: mérito; competência técnica; probidade administrativa; liderança junto à comunidade escolar; e disponibilidade de tempo integral com dedicação exclusiva à Escola, durante o seu período de gestão. O que nos leva a concordar que “o diretor escolar é um cargo estratégico de governo para as manobras políticas eleitoreiras, tanto na distribuição de cargos, como na arrecadação de mais votos nos períodos de campanhas” (SILVA, 2007, p.28).

Sendo assim, é bom que a sociedade civil não menospreze esse posto, por acreditar que ele não faz diferença na escolha e manutenção de políticos corruptos e perversos que fazem de tudo para manter-se no poder.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do trabalho aqui realizado, buscou-se compreender como vem acontecendo a escolha do gestor escola em nossa cidade, e os resultados da pesquisa mostrou que a grande maioria dos gestores das escolas públicas municipal são escolhidos unicamente por indicação de amigos ligados aos políticos da região. Algo não surpreendente para Gadott e Romão (2001, p.134) o fato da “escolha e designação de dirigentes escolares predominantes no sistema escolar público brasileiro tem sido aquela decorrente do arbítrio do chefe do Poder Executivo, tanto no nível estadual quanto no municipal, por se tratar, em sua grande maioria de cargos comissionados, comumente denominado cargos de confiança”. Práticas estas ultrapassadas, uma vez que, vivemos uma época de transformação, onde a sociedade cada vez mais reivindica seus direitos e se questionam o porquê da não efetivação das eleições.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Nesse sentido, é de extrema importância que possamos ter o direito de conhecer e escolher quem está à frente de nossas escolas, bem como, a sua especialização, sua experiência, seu plano de ação, sua filosofia de trabalho, e principalmente que seja capaz de proporcionar a comunidade escolar, novas metodologias de ensino, novos caminhos que proporcionem sempre melhoria na qualidade do ensino praticado nas escolas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: Geral e Brasil. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006. (p. 294 a 296).

GADOTTI, Moacir e ROMÃO E. José (orgs). **AUTONOMIA DA ESCOLA**: princípios e propostas. 4. Ed- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (p.16 a 134)

GHIRALDELLI, Junior, Paulo. **História da Educação**. 2. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001. (p. 20 a 55)

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004. (p.217)

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. 2. Ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. (P.17 e 18)

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão Escolar**. Ed. Vozes. 2008.

PISA. Disponível em: <[http://www. Portal.inep.gov.br/Pisa-Programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos](http://www.Portal.inep.gov.br/Pisa-Programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos)>. Acesso em 18/04/2013. Hora: 17h00min.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: A Organização Escolar. 16. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (p.22 a 180).

SANTOS, Clovis Roberto. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Thonsom, 2002. (p.70)

SILVA, J. B. A historical look on the school administration. *Educação em Revista*, Marília, v. 8, n. 1, p. 21-34, 2007. (p.28)

TABACHI, Jesus Rudney. *O cargo de diretor de escola*: origem e evolução no sistema escolar paulista. Dissertação de mestrado em Supervisão e Currículo, São Paulo: PUCSP, 1979. (P. 40 a 45).